

INTERVENÇÃO DE ENCERRAMENTO



O encerramento desta importante videoconferência foi efetuado pelo membro da Práxis, Henrique de Sousa. Vamos ver a sua intervenção.

Apenas gostava de sublinhar aqui o seguinte. Pode, por vezes, parecer estranho, porque é que em tempos sombrios e de resistência, como aqueles que vivemos no mundo, na Europa, em Portugal e também na Alemanha, com uma ofensiva e um ataque tremendos aos direitos laborais em Portugal, com o pacote laboral. O Flávio também nos falou aqui da intenção da direita alemã de prolongar o horário de trabalho, que não será muito diferente dos propósitos da direita em Portugal de desregular horários de trabalho, precarizar ainda mais, atacar o direito de greve, atacar os direitos dos sindicatos e o sistema de negociação coletiva, que constam do pacote laboral em discussão.

Porquê neste tempo, nós ocupamos também o nosso tempo, sem desistirmos de lutar contra tudo isso? Porquê que ocupamos também o nosso tempo a discutir a democracia no trabalho, a participação dos trabalhadores na governação das empresas? Eu creio que todos o fazemos porque temos consciência de que quem apenas resiste já perdeu e que os trabalhadores não podem abdicar de lutar pelo alargamento dos seus direitos e por um mundo melhor e de apresentar alternativas e de porfiar por elas e de estudar e de refletir e de se organizarem para isso. E que resistir ao pacote laboral em Portugal não é incompatível por lutarmos para que a democracia não fique à porta das empresas, para que os trabalhadores sejam cidadãos de corpo inteiro dentro das empresas, para que o local onde investem o seu trabalho e as suas vidas seja também um local onde têm voto na matéria em relação ao futuro dessas empresas e ao modo como se equilibram os direitos dos acionistas e do capital com os direitos do trabalho. E com isto, como o próprio Flávio sublinhou na sua intervenção, não estamos a negar o conflito inerente às relações de trabalho entre os interesses do trabalho e do capital.

Estamos a dizer aquilo que a história do movimento operário, do mundo do trabalho, também nos ensina que o conflito e o compromisso caminham de mãos dadas para que seja possível construirmos um mundo e uma sociedade em que todos possamos viver e em que possamos assegurar padrões de respeito, de decência e dignidade para todos. Em Portugal estamos no início de um processo de reflexão e debate que visa, pelo lado da práxis, contribuir para inscrever este tema na agenda política e na agenda sindical. Sabemos que estamos muito atrasados.

As confederações patronais estão contra, os partidos políticos não dão relevância este tema, embora ele tenha começado a aparecer num ou noutro programa eleitoral. As confederações sindicais ocupadas e preocupadas sobretudo num país pobre e desigual com os temas e os problemas mais imediatos dos trabalhadores não guardam um grande espaço para isto e têm posições divergentes na matéria. A UGT, mais aberta e favorável à efetivação do direito nas empresas públicas, à participação dos trabalhadores na governação e à sua extensão também ao setor privado e também à defesa de uma regulamentação europeia deste direito.

A CGTP, com maiores reservas, não defendendo nem a extensão do direito de participação na governação das empresas ao setor privado, nem a regulação europeia nesta matéria e questionando o risco de a participação dos Conselhos de Administração poder dar apenas o aval aos interesses patronais por falta de poder dos trabalhadores. Ou seja, também no plano da investigação académica, exceto com raras e raríssimas exceções, está um debate e um estudo por fazer nesta área, embora seja de relevar que no livro publicado e apresentado na última Conferência Internacional que ajudamos a organizar em Lisboa, do Instituto Sindical Europeu, já consta um capítulo de dois investigadores portugueses que têm colaborado com a práxis, o Hermes Costa e a Raquel Rego. Estamos ao nível das Comissões de Trabalhadores ainda distantes do debate deste problema, embora tenha sido sobretudo com as Comissões de Trabalhadores e com membros das CTs que a práxis mais tem dialogado sobre este tema e mais interessados tem na sua discussão.

Estiveram, aliás, hoje aqui neste debate bastantes membros de Comissões de Trabalhadores e, portanto, temos muito caminho para andar, muita estrada para fazer nesta matéria. Creio que as contribuições hoje riquíssimas e preciosas do Flávio, com o seu testemunho de sindicalista, com a sua reflexão e com a sua experiência, ajudaram-nos certamente a compreender melhor o modelo alemão, os seus limites, as suas dificuldades, as suas possibilidades e o contexto social e económico e os desafios que os trabalhadores e os sindicatos alemães enfrentam. Creio que isto também vai ajudar e prova que a realização destes debates e o conhecimento de outras experiências também nos ajudam e dão-nos armas para prosseguirmos a reflexão em relação à construção, em Portugal, de propostas e de ideias no domínio da democracia no trabalho e da democracia na empresa que estejam ajustadas ao nosso percurso histórico, ao nosso quadro de instituições, à nossa cultura e à nossa realidade socio laboral, que é claramente diferente da alemã.

Mas há uma coisa que eu retenho daquilo que o Flávio disse também, para terminar, quando disse que não há codeterminação alemã no futuro se os sindicatos não forem fortes nas empresas. Isto chama-nos a atenção, como aliás todo este debate e as próprias questões que foram colocadas e a própria intervenção do Flávio, para a ideia de que debater a codeterminação, debater a participação dos trabalhadores nas decisões estratégicas e no futuro das empresas não pode ser isolado das relações coletivas de trabalho, do diálogo social, da relação de forças e do estado da organização dos trabalhadores nas empresas. Nós temos também que encarar isto em conjunto e na interação que estas diferentes dimensões têm para o fortalecimento do mundo do trabalho organizado.

Ou seja, certamente que progredirmos nos direitos de participação dos trabalhadores nas empresas introduz novos desafios para os sindicatos e comissões de trabalhadores que os podem fortalecer e fazer crescer, e o crescimento da sindicalização e da organização dos trabalhadores introduz também mais força para que a democracia dentro das empresas vá mais longe. Isto anda tudo ligado. Com isto termino, desejando a todos uma boa noite, agradecendo muito a participação de todos neste debate.

Creio que cumprimos os objetivos que nos propúnhamos, graças à colaboração e à contribuição do Flávio. Vamos certamente continuar a contar com a colaboração do Flávio no debate e na reflexão sobre estas temáticas e sobre outras. Vamos certamente aproveitar a sua disponibilidade e podem também contar do lado da práxis e do Grupo de Trabalho da práxis para a Democracia na Empresa.

Vamos prosseguir com o estudo, com a reflexão e também com debates públicos sobre estas temáticas.

Obrigado a todos.

Uma boa noite.

(Transcrito por TurboScribe)